



# **Orçamento das Universidades e Institutos Federais e CEFETs**

**97º Encontro Regional Leste do ANDES/SN**

**CEFET/MG, 25 de março de 2023**

# O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ NO BRASIL?

## MODELO ECONÔMICO

### CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA

- Principais eixos: <https://bit.ly/33bVDd0> e <https://bit.ly/3P9rL68>
  - ✓ Sistema da Dívida
  - ✓ Política Monetária suicida
  - ✓ Modelo Tributário regressivo
  - ✓ Modelo extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente: mineração e agronegócio

# Por quê a estrutura do Estado está sucateada e a economia brasileira patina, se temos imensas riquezas sob todos os aspectos e TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS?

➤ Chegamos a **R\$ 4,5 TRILHÕES** em caixa em **31/1/2023**:

- **R\$ 1,606 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
- **R\$ 1,223 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 1,688 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte dos dados no artigo disponível em:

[https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist\\_estatisticasfiscais/202302\\_Tabelas\\_de\\_estatisticas\\_fiscais.xlsx](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202302_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx) (Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

**Lucro dos bancos seguiu aumentando**

Ver "Assalto aos Cofres Públicos" <https://bit.ly/3xKnEp4>

# FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- A Constituição, em seu artigo 212, estabelece o piso de recursos da área de educação, prevendo que:
- *“A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”*

# FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- Porém, os impostos representam apenas uma parte das receitas dos governos (que são compostas também por contribuições, taxas, empréstimos, etc)
- assim este piso de recursos não tem sido suficiente para que a área da educação resolva suas demandas urgentes, como a significativa melhoria do salários de professores, infra-estrutura, além da tão sonhada implementação da educação em tempo integral.

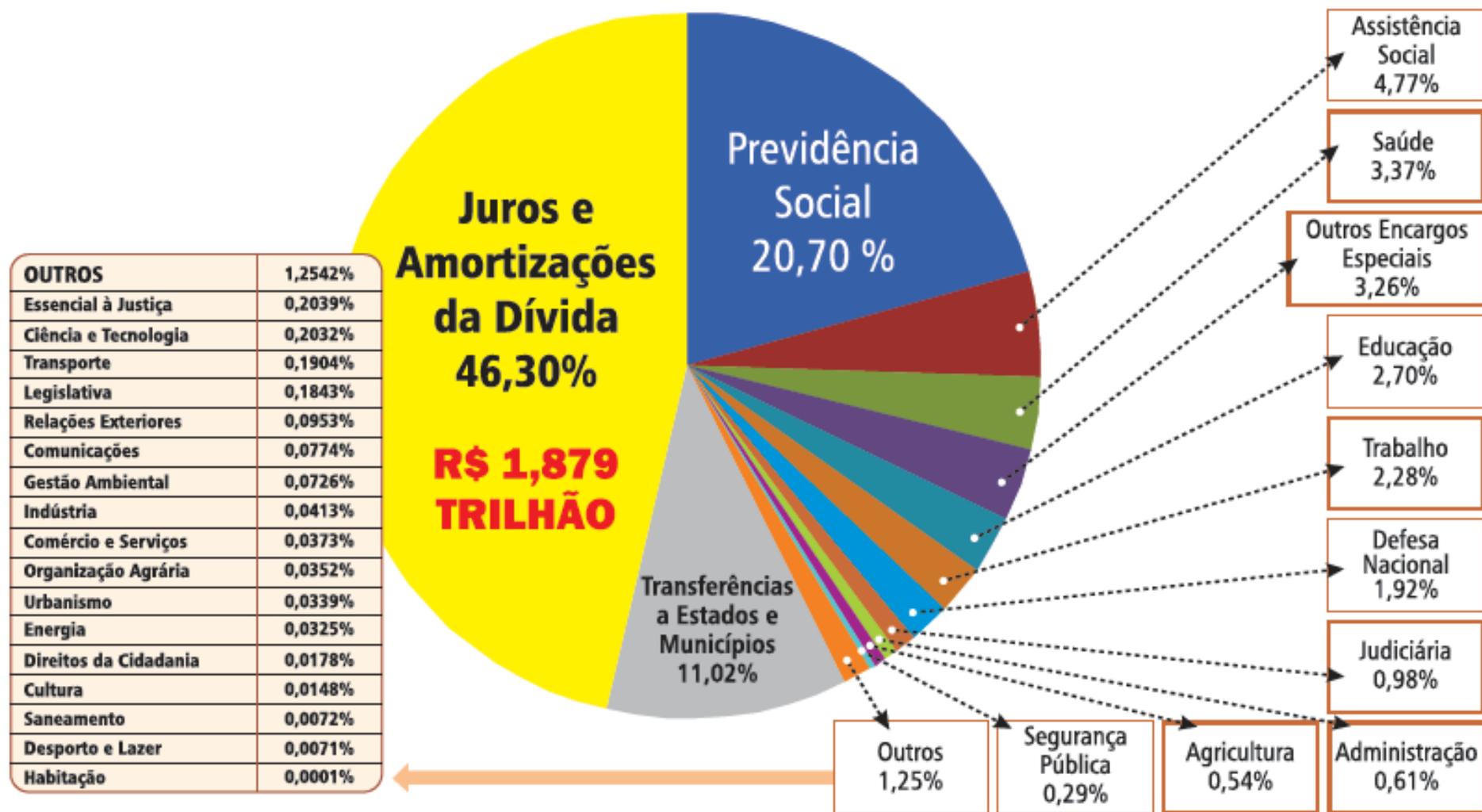
# FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- Agravando a situação, em 2016, a Emenda Constitucional (EC) nº 95 quebrou este já frágil piso na esfera federal, estabelecendo que, por 20 anos, o piso seria reajustado apenas de acordo com a inflação.
- Ou seja, todo o crescimento real da arrecadação de impostos federais (que cresce conforme a evolução da economia) pode ser retirado da educação, que poderá ter seus recursos congelados por duas décadas em termos reais (ou seja, apenas repondo as perdas inflacionárias), a despeito do crescimento populacional do período, e das necessidades urgentes de melhorias nesta área.

# FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

- Apesar do argumento de que a inflação seria apenas um piso (e não um teto) para a Educação na EC 95, qualquer aumento real dos recursos para a educação federal obriga que as demais áreas sociais tenham perdas, para que fiquem dentro do chamado “teto de gastos”.
- Importante ressaltar que a EC 95 não estabeleceu nenhum teto para os gastos com a chamada “dívida pública”, cujos juros e amortizações (pagamento do principal da dívida) tem consumido cerca da metade de todo o orçamento federal, conforme vemos no gráfico a seguir.

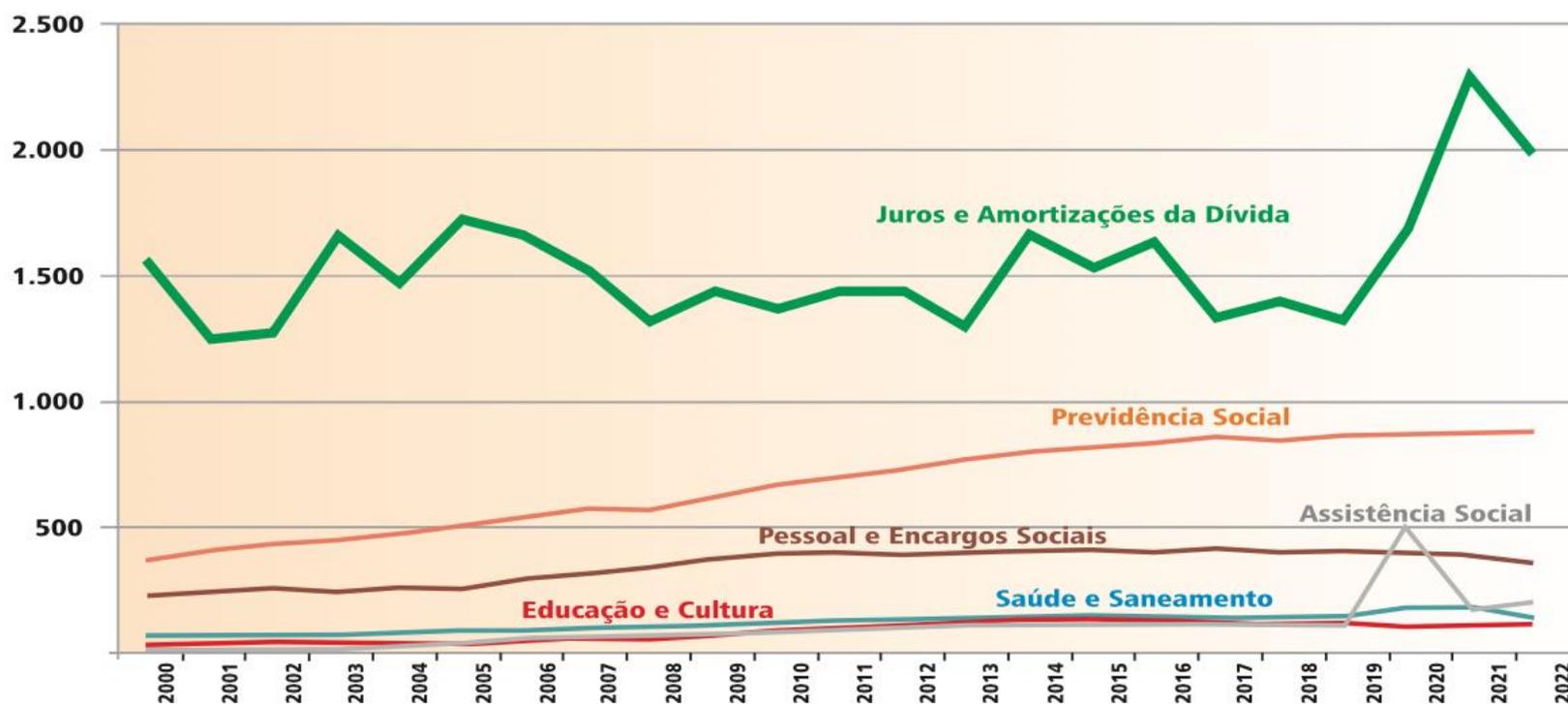
# Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



# Os desafios dos trabalhadores no serviço público brasileiro

## Governo Federal - Gastos Selecionados de 2000 a 2022

Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA

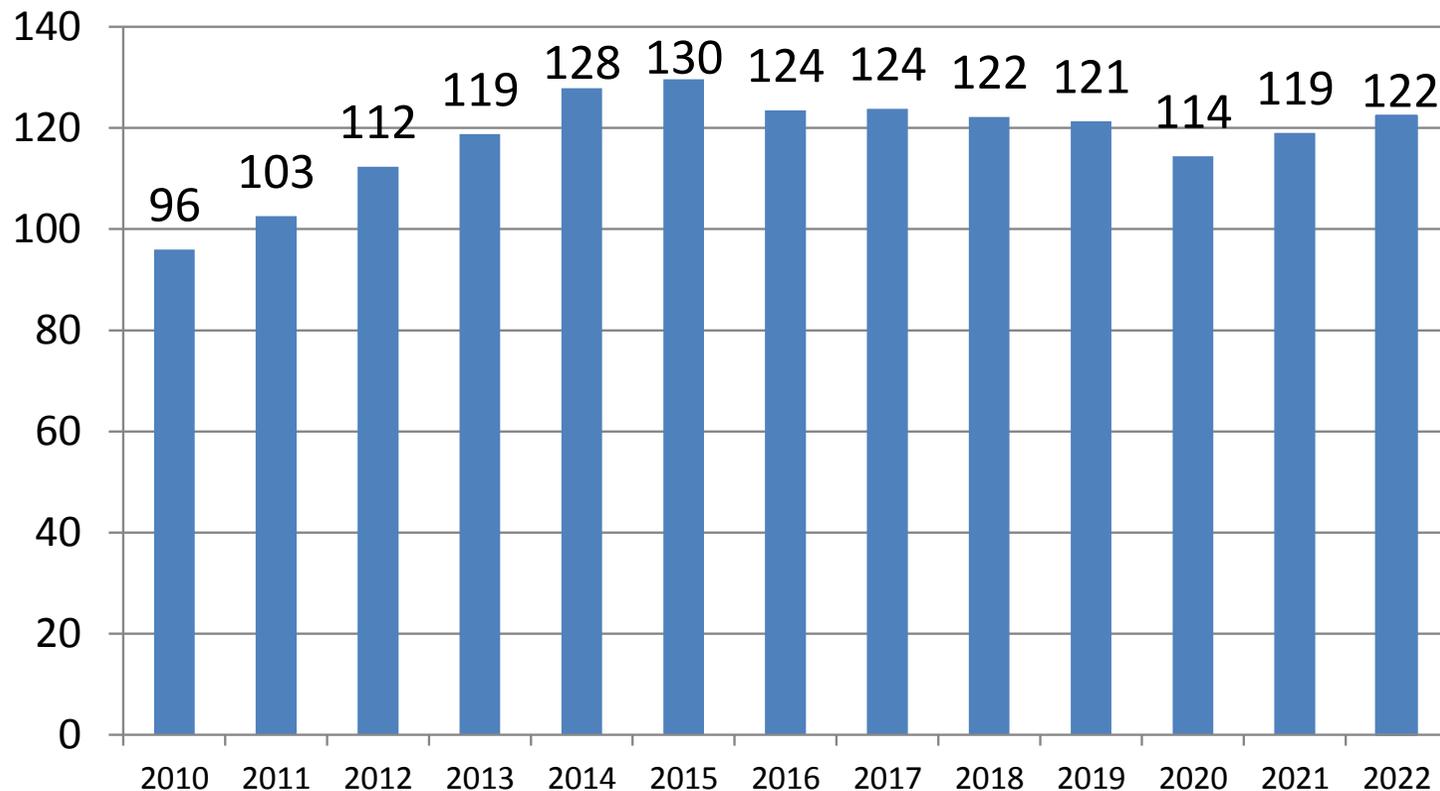


**Fontes:** [https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymouse=true&sheet=SH06](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymouse=true&sheet=SH06)  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:19110](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110)  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:19106](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106)

**Nota:** A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

# O RESULTADO DA EC 95 - Congelamento de gastos sociais para priorizar o pagamento da dívida pública

Valores Pagos (R\$ bilhões de 2022 - IPCA)  
Ministério da Educação

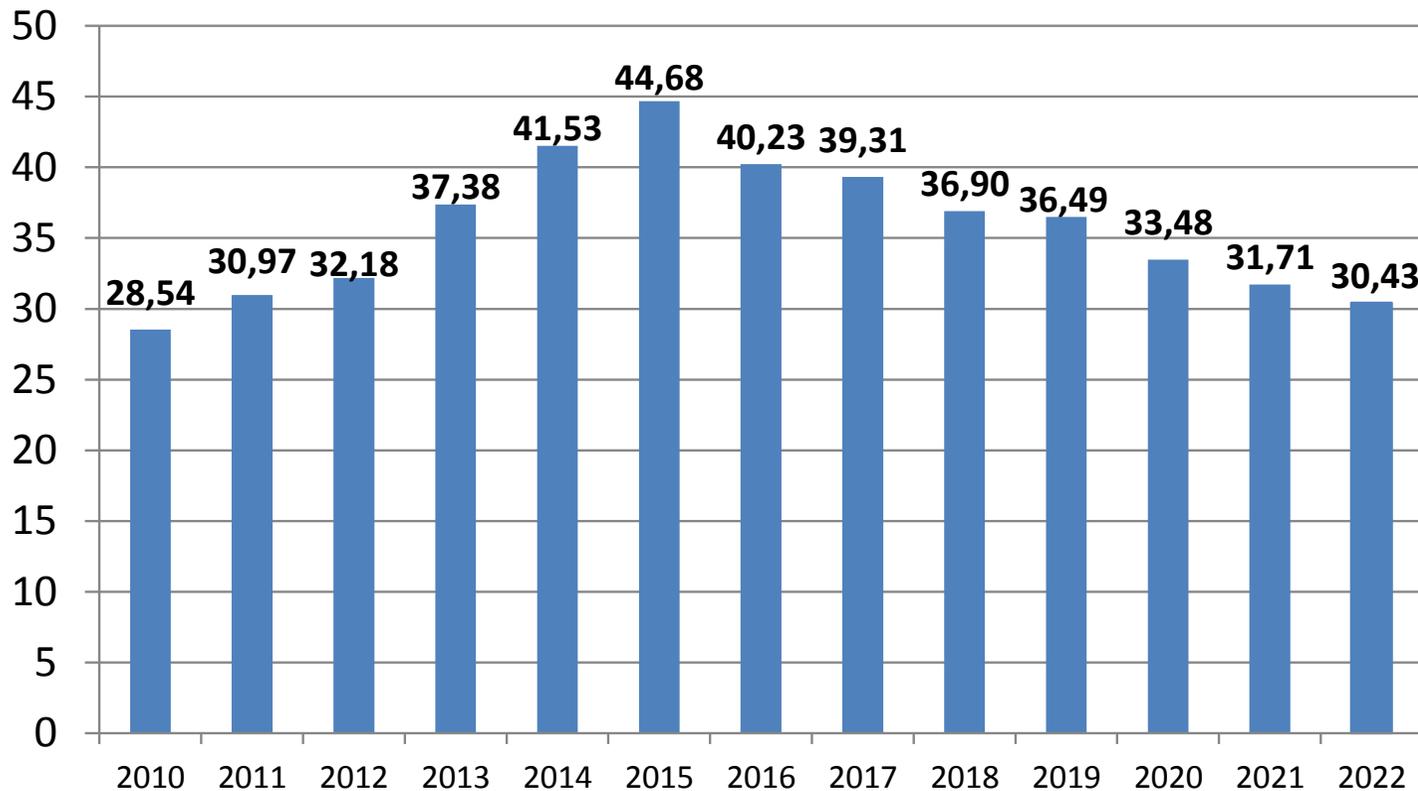


Fonte: SIOP - Painel do Orçamento Federal. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Nota: valores atualizados monetariamente para 2022 (utilizando-se o IPCA).

# O RESULTADO DA EC 95 - Congelamento de gastos sociais para priorizar o pagamento da dívida pública

Valores Pagos (R\$ bilhões de 2022 - IPCA)  
Ministério da Educação - Ensino Superior

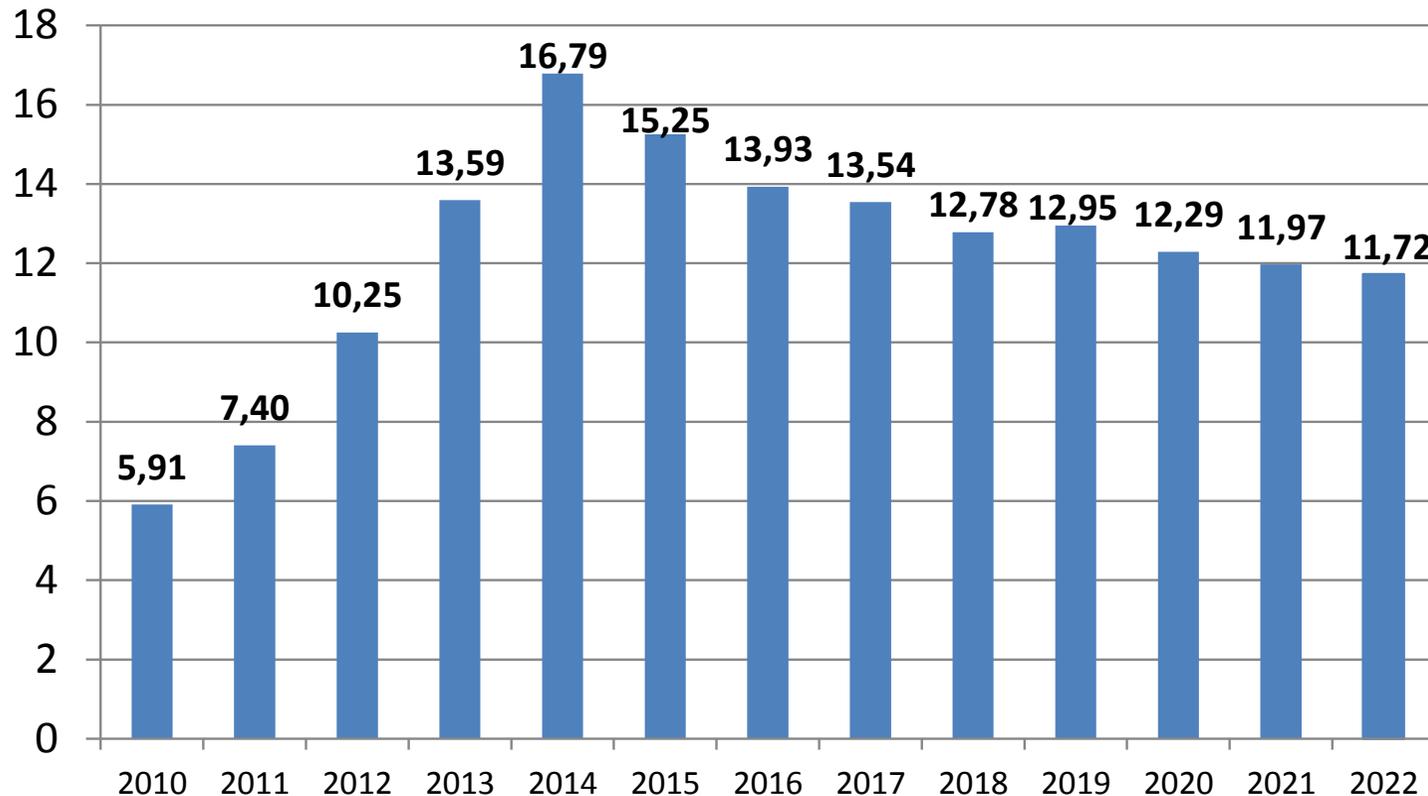


Fonte: SIOP - Painel do Orçamento Federal. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Nota: valores atualizados monetariamente para 2022 (utilizando-se o IPCA).

# O RESULTADO DA EC 95 - Congelamento de gastos sociais para priorizar o pagamento da dívida pública

Valores Pagos (R\$ bilhões de 2022 - IPCA)  
Ministério da Educação - Ensino Profissional



Fonte: SIOP - Painel do Orçamento Federal. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Nota: valores atualizados monetariamente para 2022 (utilizando-se o IPCA).

**A sociedade brasileira tem sido extremamente sacrificada com o pagamento da chamada dívida pública sob várias formas.**

## **O SISTEMA DA DÍVIDA:**

- Consome a **maior parte do orçamento** federal (cerca de metade, todos os anos) e parte significativa dos orçamentos estaduais e municipais;
- Está por trás de todas as **contrarreformas**, como as da Previdência;
- Tem sido a justificativa para todas as **privatizações** insanas que acontecem desde o governo Collor;
- É o responsável pelo **“Teto de Gastos” sociais**, cortes, contingenciamentos de recursos orçamentários, e **medidas de “ajuste fiscal” (superávit primário, âncora fiscal)** que reduzem investimentos sociais para que sobre mais para pagar os juros da dívida.

# Previsão do Orçamento Federal para 2023

(sancionado pelo presidente em 17/1/2023)

- **R\$ 2,559 TRILHÕES** para juros e amortizações da dívida pública
- **R\$ 159 BILHÕES** para o Ministério da Educação (16 vezes menos)



# **EMENDA CONSTITUCIONAL 126/2022**

## **“PEC DA TRANSIÇÃO”**

Prevê o fim do “Teto de Gastos” quando for sancionado Projeto de Lei Complementar (encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso até 31/8/2023) prevendo *“regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico.”*

**QUAL SERÁ ESTE NOVO “REGIME FISCAL”?**

**TEMOS DE LUTAR CONTRA MAIS CORTES DE  
INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO**

# AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

## A AUDITORIA DA DÍVIDA É A FERRAMENTA CAPAZ DE RESPONDER

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

## AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

[www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)

**EXIGIMOS AUDITORIA**  
**DE CADA CENTAVO PAGO**  
**COM O NOSSO SACRIFICIO**

Com apenas um clique, envie o texto criado pela ACD para as autoridades e faça a sua parte!



AUDITORIA  
CIDADÃ DA DÍVIDA

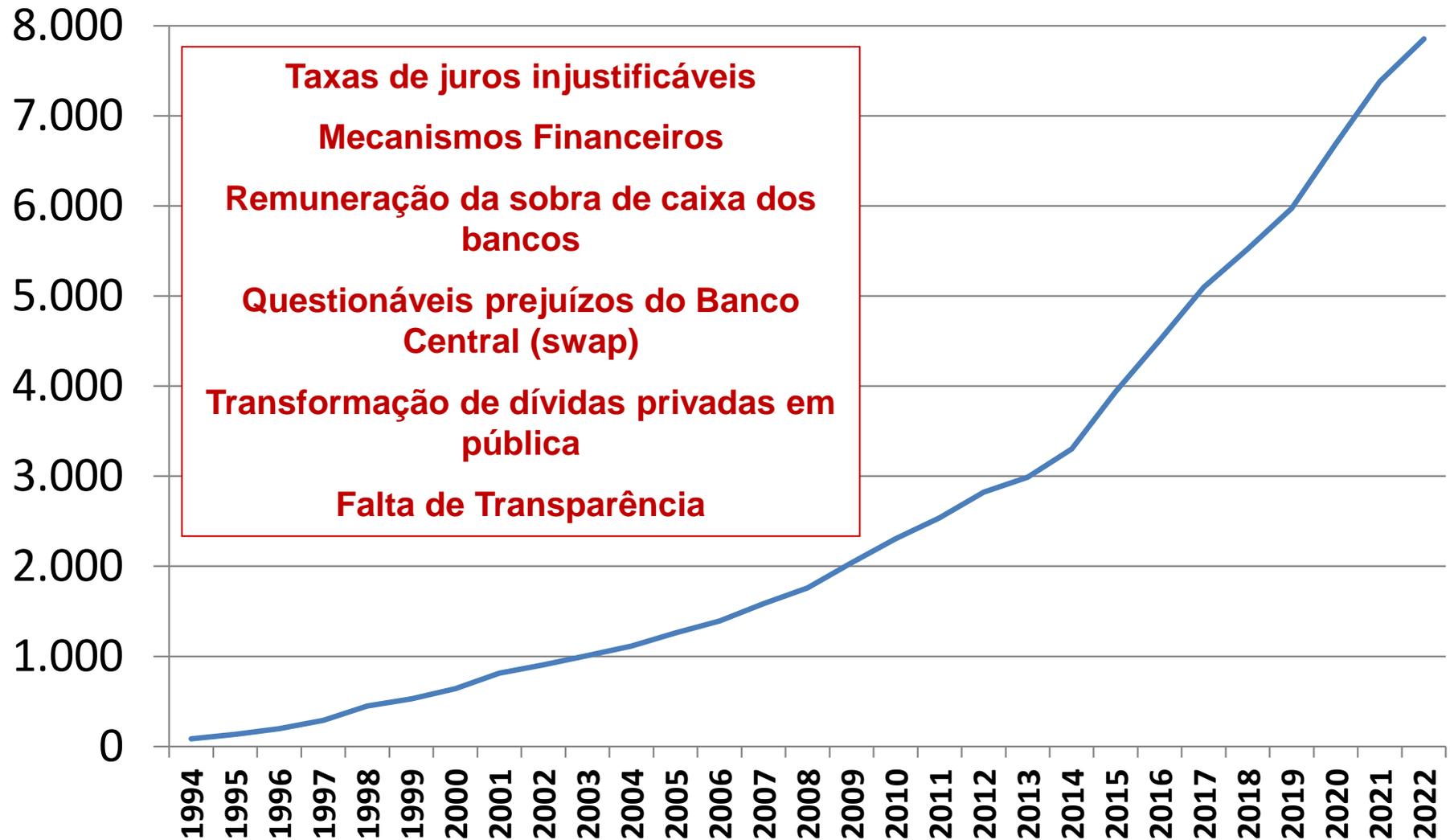
**A dívida pública deveria ser um instrumento para financiar investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.**

**Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:**

## **“SISTEMA DA DÍVIDA”**

- Contínua subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- Principal característica: “dívida pública” sem contrapartida e atuação de mecanismos financeiros operados pelo Banco Central
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

# Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



# Apesar do Superávit Primário, a Dívida Pública explodiu

De 1995 a 2015 produzimos  
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso,  
a dívida interna federal aumentou de  
**R\$ 86 bilhões** para quase  
**R\$ 4 trilhões** no mesmo período.

É evidente que os investimentos e gastos sociais **não** foram os responsáveis pelo aumento da dívida interna, pois produzimos Superávit Primário imenso, mas sim os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da “Crise Fabricada”

# A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento



**2014 a 2022**

**Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos sociais = R\$ 2,33 Trilhões**

**Gastos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública = R\$ 1,19 Trilhão**

**RESULTADO = No final das contas, a Dívida Pública RETIROU R\$ 1,14 Trilhão das áreas sociais no período**

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:  
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>

## A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

# BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

BANCO CENTRAL GERA ROMBO  
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS  
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA

**R\$ 40,1 BILHÕES**

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

|  | DLSP        |                        | DBGG        |                        |
|--|-------------|------------------------|-------------|------------------------|
|  | R\$ bilhões | p.p. PIB <sup>1/</sup> | R\$ bilhões | p.p. PIB <sup>1/</sup> |
| Desvalorização de 1% na taxa de câmbio <sup>2/</sup>     | -7,1        | -0,07                  | 9,3         | 0,09                   |
| Aumento de 1 p.p. na taxa Selic <sup>2/ 3/</sup>         | 40,1        | 0,40                   | 38,0        | 0,38                   |
| Aumento de 1 p.p. nos índices de preços <sup>2/ 3/</sup> | 17,5        | 0,18                   | 17,4        | 0,18                   |

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

Taxas de juros reais anuais  
no mundo desenvolvido

Juros negativos:

Zona do Euro: -4,61%

Japão: -3,29%

EUA: -0,94%

Taxa de juros real no Brasil:

**8% ao ano**



AUDITORIA  
CIDADÃ DA DÍVIDA



- Banco Central já aumentou a Taxa Selic para **13,75% ao ano**, sob a falsa justificativa de combater inflação.
- Aumentar juros NÃO serve para controlar a inflação que existe no Brasil, pois temos INFLAÇÃO DE PREÇO (principalmente combustíveis e alimentos), NÃO DE DEMANDA.
- <https://bit.ly/3AvifWZ>

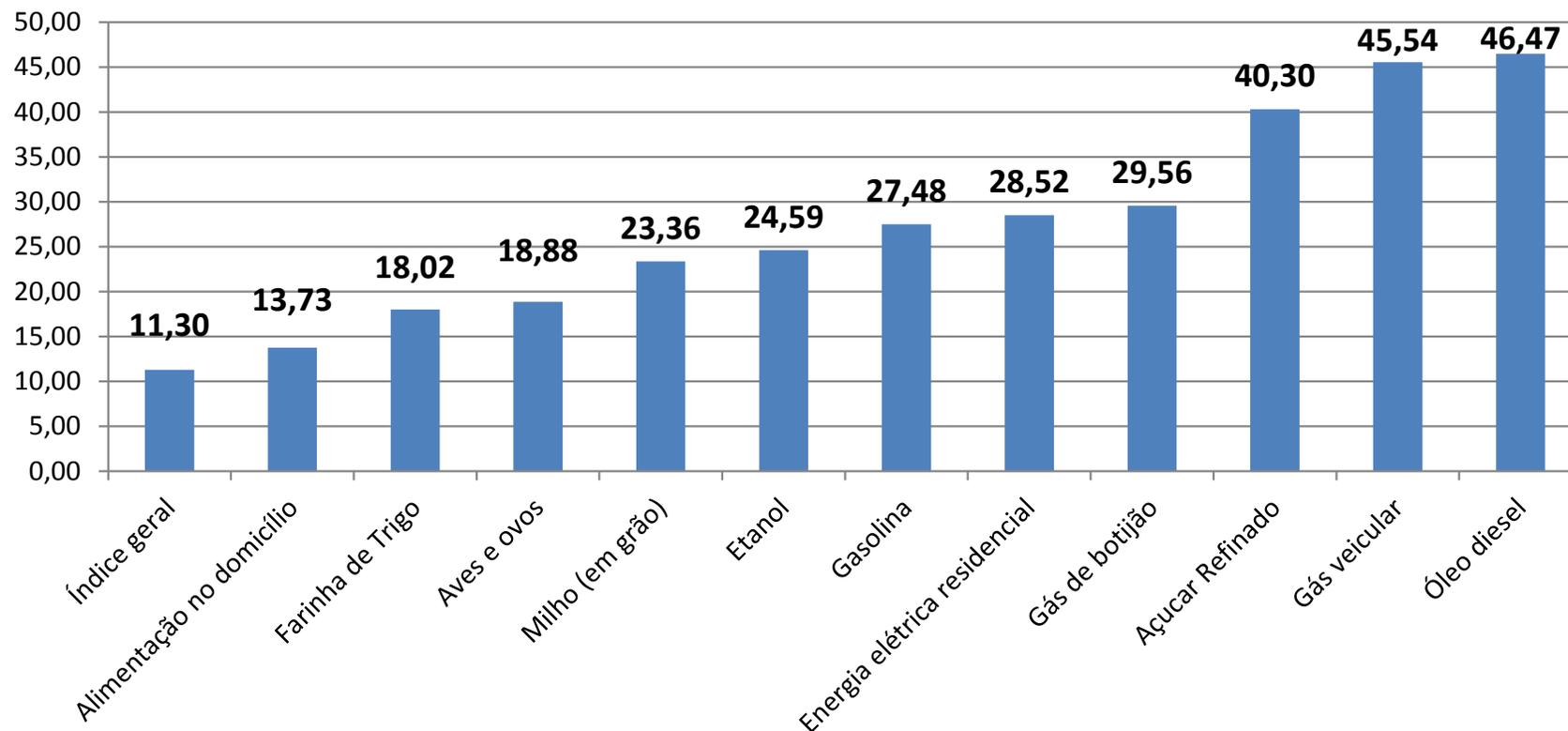
## OS VERDADEIROS PROBLEMAS:

- Erros de política agrícola e agrária; privilégios para o agronegócio de exportação
- Preço de Paridade de Importação (PPI) praticado pela Petrobras, como se importássemos todo o combustível consumido aqui
- Refinarias sub-utilizadas, privatizadas ou cuja construção tem sido paralisada; fábricas de fertilizantes foram vendidas; falta de investimentos para privilegiar a distribuição de lucros a acionistas ...

# Falsa alegação de Controle Inflacionário

De onde surgiu a inflação utilizada como justificativa para subir a Taxa Selic para 13,75% ao ano?

Inflação (IPCA) acumulada nos últimos 12 meses terminados em mar/2022  
Índice Geral e itens selecionados (%)



# A DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO GERADA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública** ilegal transferência de dívidas privadas para o BC: PROER, PROES, EC 106
- **Transformação de dívida externa irregular**, suspeita de prescrição, em operação feita em Luxemburgo: Plano Brady
- **Elevadíssimas taxas de juros**: sem justificativa técnica ou econômica
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal.
- As sigilosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa.
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio do abuso das sigilosas “operações compromissadas” e BOLSA-BANQUEIRO.
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”.
- **Prejuízos do Banco Central** transferidos para o TN (Art. 7º da LRF)
- **“Securitização”** gera dívida ilegal que é paga por fora do orçamento, mediante desvio de arrecadação que sequer alcançará os cofres públicos.

# O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA! Por que faltam recursos para investimentos? O déficit está no Banco Central <https://bit.ly/3tTi0yX>



“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto

Publicado em 16/12/2021 - 13:39 Vicente Nunes Economia

<https://www.youtube.com/watch?v=RJNHX82-CrQ&t=373s>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-parlamentares-pela-abertura-de-uma-cpi-do-banco-centra>

Em vez de instalar uma CPI para investigar o Banco Central e as operações que têm causado rombo e crise, a Câmara dos Deputados priorizou dar “autonomia” e aprovou os inconstitucionais PLP 19/2019 e PL 3.877/2020

# Bancos brasileiros estão entre os mais rentáveis do planeta enquanto o país retorna ao Mapa da Fome

## Bancos mais rentáveis do mundo

Ranking de rentabilidade sobre patrimônio (ROE) de instituições com mais de US\$ 100 bilhões em ativos

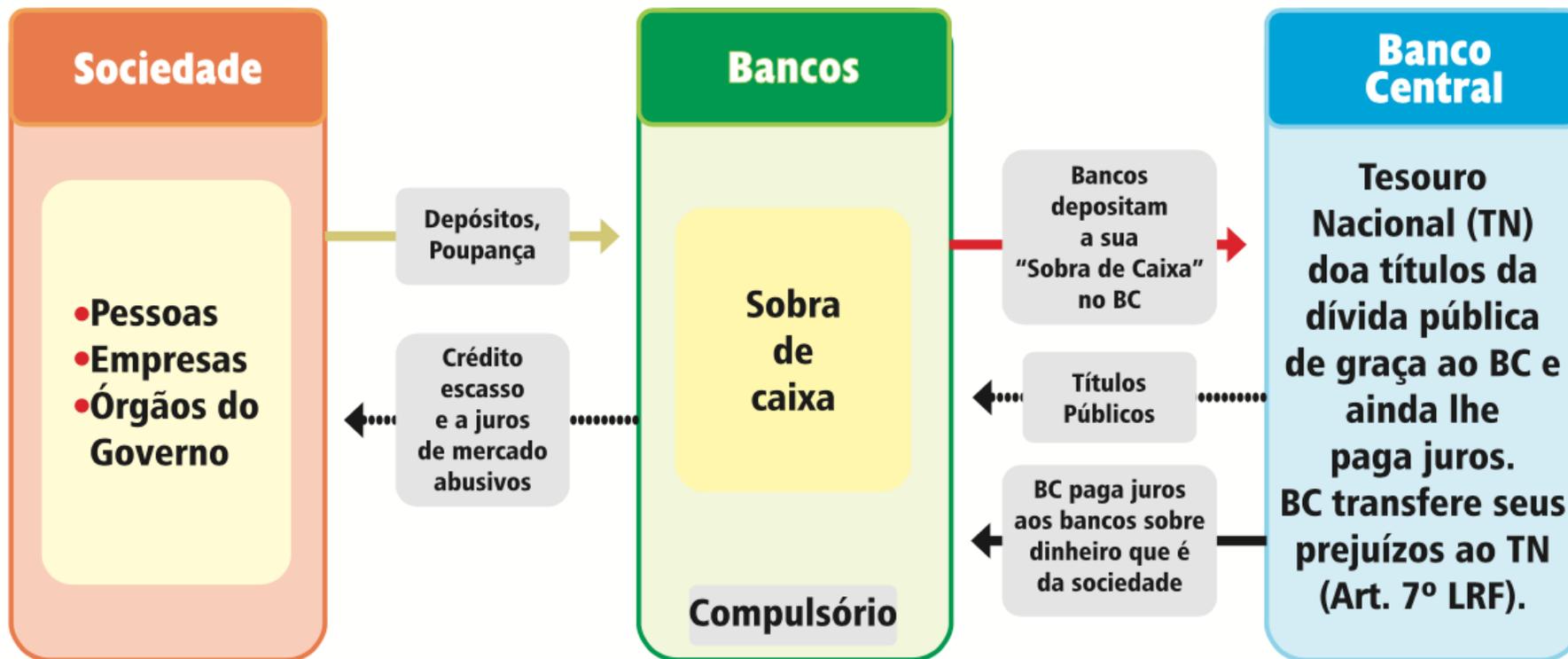
| Banco                   | País   | Ativos, em US\$ bilhões *  | ROE, em %  |
|-------------------------|--|--|--|
| 1º Capital One          |  EUA      |  432,4   |  20,4   |
| 2º Ally Financial       |  EUA      |  182,1   |  19,3   |
| 3º Santander            |  Brasil   |  172,6   |  18,9   |
| 4º Royal Bank of Canada |  Canadá   |  1.379,9 |  17,3   |
| 5º Itaú Unibanco        |  Brasil   |  388,1   |  17,3   |
| 6º JP Morgan            |  EUA      |  3.743,6 |  16,9   |
| 7º Banco do Brasil      |  Brasil   |  346,3   |  15,7   |
| 8º Bradesco             |  Brasil  |  296,3  |  15,2  |
| 9º Bank of Nova Scotia  |  Canadá |  980,7 |  15,1 |
| 10º SVB Financial Group |  EUA    |  211,5 |  15   |

\*Conforme balanço de dezembro de 2021 | Fonte: Economática

Fonte: <https://www.biznews.com.br/4-dos-10-bancos-mais-rentaveis-do-mundo-sao-brasileiros/>

# BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



## Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

# Auditoria Cidadã da Dívida lançou Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL



## MOVIMENTE-SE

Informativos da Campanha

Queremos saber sua opinião  
**VOTE**

Abuso das taxas de juros no  
Brasil  
**ENTENDA**

Materiais da campanha  
**COMPARTILHE**

Descubra o que está  
acontecendo  
**AGENDA**

Acesse a Proposta Legislativa e  
acompanhe os próximos  
passos  
**CONGRESSO NACIONAL**



## EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



## PROPOSTA PELO LIMITE DOS JUROS VIRA PLP 104/2022



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Reunião deliberativa da Comissão Legislativa Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados aprova proposta legislativa pelo limite dos juros no Brasil.

## VOCÊ JÁ ESTÁ PARTICIPANDO?

**ACESSE**

**DIVULGUE**

**PARTICIPE**

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

# Limite dos juros torna-se Projeto de Lei Complementar

Projeto de Lei Complementar  
PLP 104/2022



Texto original | Siga esta proposta

## EMENTA

Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.

 /auditoriacidadabr  
 /AuditoriaCidadaDaDivida  
 /auditoriacadapagina  
 /auditoriacidada



auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

# Vote na enquete oficial da Câmara: Limite dos Juros Já!

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O PLP 104/2022?

Concordo  
totalmente

Concordo na  
maior parte

Estou  
indeciso

Discordo na  
maior parte

Discordo  
totalmente

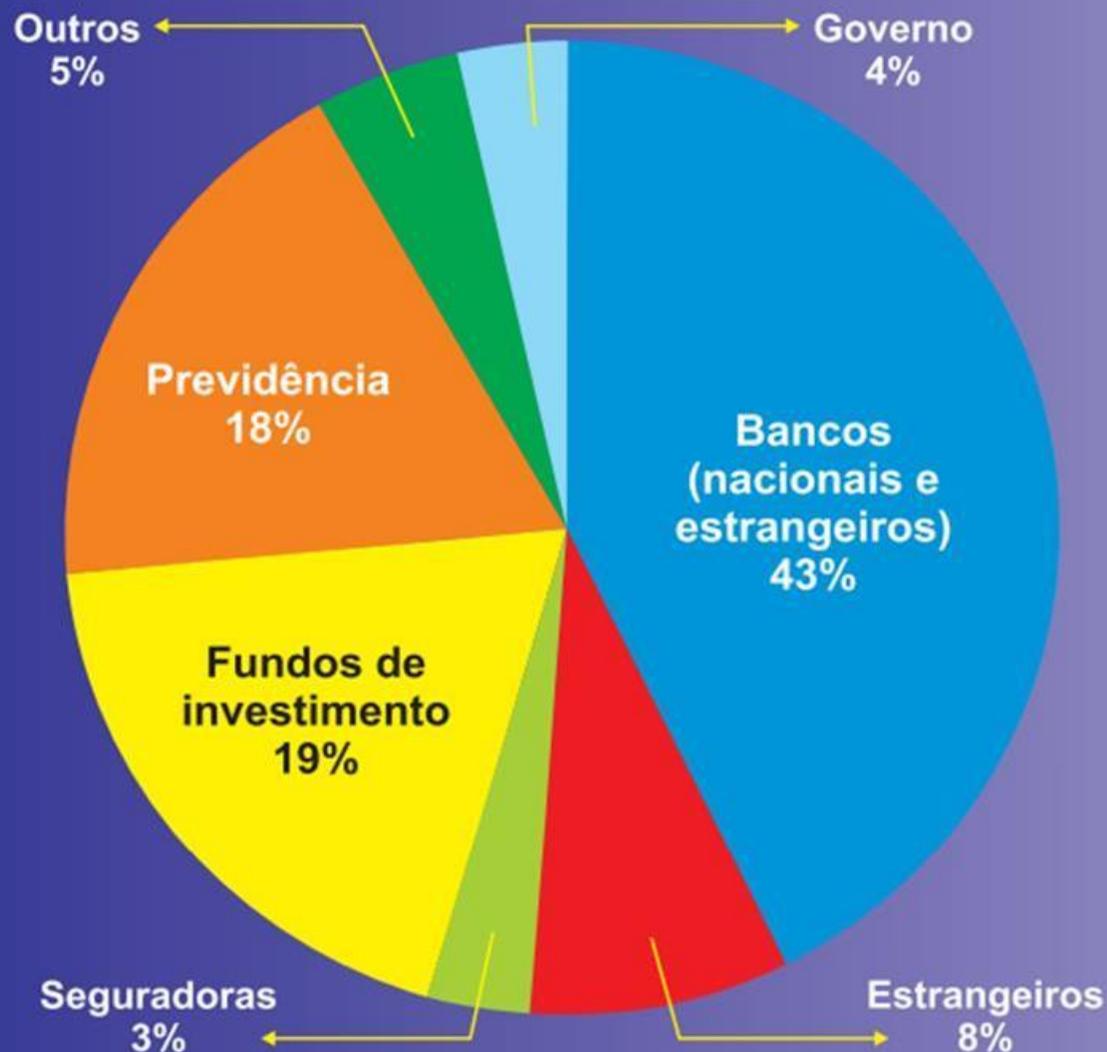
VOTAR

 /auditoriacidadabr  
 /AuditoriaCidadaDaDivida  
 /auditoriacidada.pagina  
 /auditoriacidada



<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>

# Beneficiários da Dívida Interna Federal – Out/21



Quando questionado oficialmente sobre quem são os beneficiários das operações compromissadas, Fundos de Previdência e Investimento, o governo se recusa a responder.

**FALTA DE TRANSPARÊNCIA**

Fonte: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:14902](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:14902), quadros 2.7 e 5.4. Foi acrescentado na rubrica "Bancos" o montante de Operações de Mercado Aberto (as chamadas "operações compromissadas") constante no quadro 5.4, uma vez que se trata principalmente de dívida do Banco Central com bancos. Além do mais, quando questionado oficialmente sobre quem são os beneficiários das operações compromissadas, o governo se recusa a responder.

# Dívida dos Estados

- Os dados demonstram que a Dívida dos Estados refinanciada pela União (Lei 9.496/97) já foi paga várias vezes (mais de 3 vezes) e Estados ainda devem cerca de 5 (cinco) vezes o valor refinanciado.
- Enquanto Estados foram lesados devido às onerosíssimas condições de refinanciamento impostas pela Lei 9.496/97, a União deixou de ressarcir aos Estados as perdas decorrentes da Lei Kandir, exacerbando ainda mais as perdas aos entes federados
- Parte significativa da dívida dos estados (em média, 55% do valor refinanciado) era referente aos passivos dos bancos estaduais privatizados (PROES), os quais foram transformados em “dívida pública”
- Esses dados demonstram a necessidade de auditoria da dívida dos estados e completa revisão dos valores

# Dívida dos estados com a União e Lei Kandir: instrumentos de chantagem

## Informações selecionadas sobre estados de MG e ES

| Item  | MG      | ES    |
|---|---------|-------|
| Estoque inicial da Dívida com a União (1998*) - R\$ milhões   | 14.883  | 647   |
| Lei 9.496/97  | 10.185  | 387   |
| PROES   | 4.698   | 260   |
| Pagamentos à União (1998 a 2021) - R\$ milhões  | 45.827  | 2.112 |
| Número de vezes que a dívida foi paga   | 3,1     | 3,3   |
| Dívida com a União - Lei 9.496/97 e PROES (2021) - R\$ milhões                                      | 103.756 | 1.419 |
| Número de vezes que a dívida se multiplicou   | 7,0     | 2,2   |
| Prejuízo Anual com a Lei Kandir - R\$ milhões<br>(Isenção de ICMS para o setor primário exportador) | 7.239   | 3.257 |
| Despesas - Ensino Superior - 2022 - R\$ milhões   | 689     | 36    |
| Perdas com Lei Kandir / Despesas com Ensino Superior  | 11      | 90    |

Fontes: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:26242](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242)

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7248305&ts=1543014184398&disposition=inline>

[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria\\_geral/lrf/2022/6-bimestre/anexo2.pdf](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/lrf/2022/6-bimestre/anexo2.pdf)

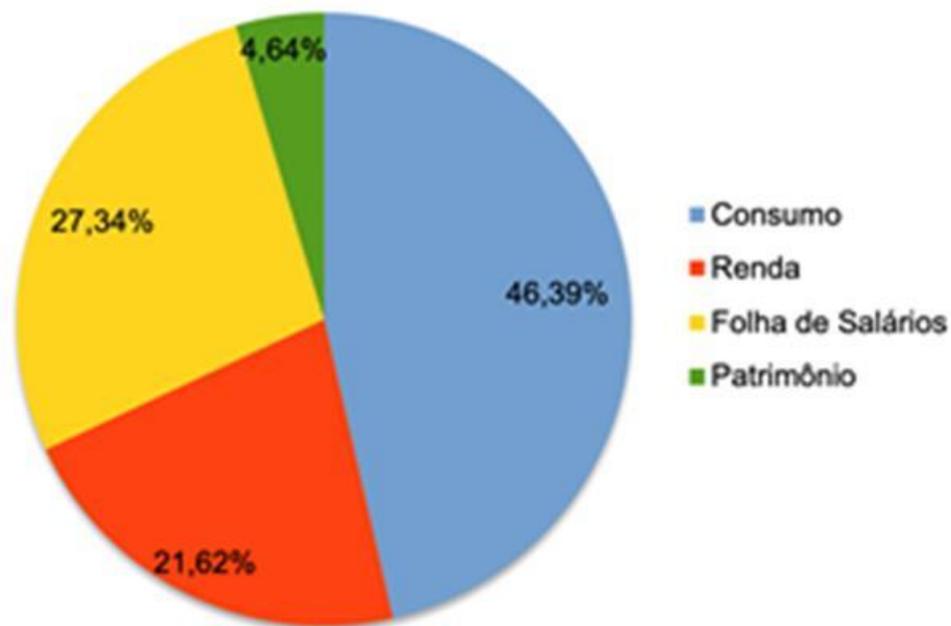
<https://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/arquivos/06B2022/02%20-%20ANEXO%20%20-%20Execucao%20por%20Funcao%20e%20Subfuncao%20-%206bim2022.pdf>

(\*) - No caso de MG, inclui dívida incorporada no ano 2000 no valor de R\$ 60 milhões.

# **MODELO TRIBUTÁRIO REGRESSIVO**

# DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SEGUNDO SUA INCIDÊNCIA

Tributos por Base de Incidência - Total: R\$ 2.291 bilhões  
Carga Tributária em 2018: 33,26% do PIB  
Inclui esferas Federal, Estadual e Municipal



Fonte: Receita Federal.<sup>11</sup> Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Nota 1: O item "Tributos sobre Transações Financeiras", que se refere principalmente ao IOF, foi incluído na tributação sobre o consumo, tendo em vista que o IOF incide sobre operações de crédito, seguros, compras com cartão de crédito, dentre outras transações de consumo.

Nota 2: O item "Outros Tributos" representa 0,01% do total e não foi incluído no gráfico, por impossibilidade de representação gráfica.

No Brasil, a carga tributária está concentrada principalmente sobre o consumo e a renda do trabalho, livrando da tributação grande parte da renda e do patrimônio dos mais ricos.

O gráfico mostra também a flagrante injustiça da incidência tributária, que **pesa mais sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres**, que destinam todas as suas disponibilidades para o consumo.

# ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS - UNIÃO

- Escandalosa isenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos aos sócios de bancos e empresas
- Falta de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas
- Dedução de juros sobre o capital próprio
- Isenção de remessas de lucros ao exterior
- Isenção de IR sobre ganhos de estrangeiros que aplicam em títulos da dívida interna brasileira
- Incentivos à exportação, que beneficiam principalmente as grandes *Trading Company* das áreas de *commodities* (grande agronegócio e mineração) que têm provocado crescente dano ambiental, e outras exportadoras.
- Na esfera federal os incentivos à exportação contemplam o Imposto de Exportação, IOF, PIS, COFINS e IPI, além de outros benefícios creditícios (empréstimos do BNDES por exemplo). Adicionalmente, as taxas de exploração do meio ambiente são irrisórias (TCFA) e os royalties de minério cobrados no Brasil são os menores do planeta .

# **ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS – ESTADOS**

- **Injustificada isenção de ICMS sobre exportação (Lei Kandir)**
- **Baixa tributação sobre heranças**
- **Falta de incidência de IPVA sobre helicópteros, jatinhos, iates, lanchas e outras embarcações e aeronaves de luxo.**

# **ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS – MUNICÍPIOS**

- **Perdas com as renúncias praticadas em âmbito federal (Imposto de Renda e do IPI por exemplo) e estadual (ICMS e outros tributos), pois parte da arrecadação desses tributos é devida aos municípios.**
- **Os municípios praticam renúncias fiscais de ISS para atrair empresas e concedem isenções de ISS para incentivar exportações.**
- **Adicionalmente, deixam de aplicar a progressividade do IPTU, que possibilitaria arrecadar mais com imóveis de luxo e reduzir alíquotas de regiões empobrecidas.**

# ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

## ➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Modelo Econômico Errado
- Sistema da Dívida
- Política Monetária suicida do BC



## ➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

## ➤ AÇÕES CONCRETAS

- Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil <https://bit.ly/3oBmlG5>
- Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO  **SOCIAL**
- Participar das convocações na página [www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)

ACESSE

**AUDITORIACIDADA.ORG.BR**



**/AUDITORIACIDADA.PAGINA**



**/AUDITORIACIDADADADIVIDA**



**/AUDITORIACIDADABR**



**/AUDITORIACIDADA**



**Spotify.**



**Google Podcasts**

**#ÉHORADEVIRARAJOGO**